

Informação de enquadramento destinada à imprensa

Regulamento da UE sobre a madeira (EUTR) 2013

O Regulamento da União Europeia sobre a madeira (EUTR) constitui parte do [Plano de Ação FLEGT](#) (relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no setor florestal) criado pela UE para ajudar a pôr fim à exploração madeireira ilegal em todo o mundo.

As florestas mundiais: Um recurso natural imprescindível

1,3 mil milhões da população desfavorecida de todo o mundo depende parcial ou totalmente das florestas para a sua subsistência. Para além de sustentarem estas comunidades, as florestas contribuem ainda para a atenuação e adaptação das alterações climáticas, apoiam a biodiversidade, desempenhando também um papel fundamental na proteção ambiental, prevenindo a desertificação e a erosão, por exemplo. As florestas têm também um valor económico, sendo que as florestas e as árvores geram no mínimo 180 mil milhões de euros ao ano em receitas provenientes da madeira, lenha e produtos florestais não derivados de madeira.¹

Exploração madeireira ilegal: Onde reside o problema?

A exploração madeireira ilegal – a extração de madeira em infração à legislação e à regulamentação do país de extração – causa impactos graves a nível **económico, ambiental e social** em algumas das mais valiosas florestas que ainda subsistem no mundo, bem como nos milhares de milhões de pessoas que delas dependem.

Resulta numa **perda de rendimentos** (estimados em 7 mil milhões de euros ao ano), **prejudica** os esforços dos **operadores legítimos** e está associada à **desflorestação**, à **perda de biodiversidade** e à emissão de **gases com efeito de estufa**, bem como a **conflitos** sobre terras e recursos e à **marginalização** de comunidades indígenas.

Papel da União Europeia (UE)

Em 2011, 35% (37,8 mil milhões de euros) do comércio global de produtos de madeira primários foram gerados pela UE e no território da mesma. É difícil estimar que percentagem desse comércio incidia sobre madeira ilegalmente extraída, mas sabe-se que a União Europeia é um mercado de exportação importante para países em que os níveis de ilegalidade e de má gestão no setor florestal são mais graves.

Ao permitirmos a colocação no mercado da UE de madeira e de produtos de madeira potencialmente provenientes de extração ilegal, estamos a prejudicar os esforços desenvolvidos por países produtores de madeira para combater a exploração madeireira ilegal e, basicamente, estamos a apoiar esta prática.

Resposta da UE: o Plano de Ação FLEGT

Há muito que a exploração madeireira ilegal é um problema, mas a gravidade do problema só foi revelada na década de 1990 por investigação realizada em países como o Camboja e a Indonésia. Tornou-se tema do debate intergovernamental do Programa de Ação para as Florestas proposto pelo G8 em 1998.

Para dar resposta a este problema no plano europeu, a UE adotou em 2003 o [Plano de Ação FLEGT](#) (relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no setor florestal). O plano define um conjunto de medidas destinadas a excluir a madeira ilegal do nosso mercado, melhorar o fornecimento de madeira extraída legalmente, e aumentar a procura de produtos de madeira de extração responsável. O **Regulamento da UE sobre a madeira (EUTR)**, a par dos [Acordos voluntários de parceria](#) (AVP – acordos comerciais bilaterais celebrados com países exportadores de madeira que ajudam a impedir a colocação de madeira extraída ilegalmente no mercado da União Europeia) são os dois elementos-chave do Plano de Ação.

¹ Fonte FAO – Avaliação dos recursos florestais mundiais 2010

Regulamento da UE sobre a madeira: Resumo

O [EUTR](#) – Regulamento (UE) n.º 995/2010 – foi adotado a 20 de outubro de 2010 e será aplicado em todos os Estados-Membros da UE a partir de 3 de março de 2013. O EUTR estabelece a proibição de colocação no mercado da União Europeia de madeira extraída ilegalmente e de produtos derivados da mesma. O Regulamento distingue duas categorias de entidades que transacionam madeira ou produtos de madeira – operadores e comerciantes. Cada uma delas tem as suas obrigações próprias.

Quem é afetado?

Aos operadores – definidos no Regulamento como qualquer pessoa singular ou coletiva que coloque pela primeira vez madeira ou produtos de madeira no mercado interno – exige-se que implementem um sistema de gestão do risco ou sistema de «[diligência devida](#)». Por seu lado, aos comerciantes – definidos no EUTR como qualquer pessoa singular ou coletiva que venda ou compre no mercado interno madeira ou produtos de madeira já colocados no mercado interno – exige-se que mantenham informações sobre os seus fornecedores e clientes, a fim de permitir a rastreabilidade dos produtos de madeira, caso necessário.

Que produtos são abrangidos?

O Regulamento é aplicável à madeira e aos produtos de madeira produzidos na União Europeia e importados do exterior. A legislação abrange uma vasta gama de madeira e produtos de madeira. Contudo, não abrange todo o tipo de madeiras e produtos seus derivados. Poderá consultar a lista de produtos abrangidos pelo Regulamento no Anexo do EUTR.

Direito derivado

O EUTR é complementado por dois outros instrumentos legislativos que descrevem de forma mais aprofundada aspetos específicos da legislação:

1. Regulamento respeitante às normas processuais relativas ao reconhecimento e à retirada do reconhecimento às organizações de vigilância:
[Regulamento Delegado da Comissão](#) (UE) n.º 363/2012
2. Regulamento para assegurar a aplicação uniforme do Regulamento em toda a União Europeia:
[Regulamento de Execução da Comissão](#) (UE) n.º 607/2012

Acordos voluntários de parceria (AVP): Resumo

Os Acordos voluntários de parceria (AVP) são acordos bilaterais celebrados com países exportadores de madeira. Estes acordos permitem à UE satisfazer a procura de produtos de madeira de fontes legais, prestando ao mesmo tempo assistência técnica e promovendo a criação de capacidades ao governo, setor privado e sociedade civil do país em questão. Para países que tenham celebrado um AVP com a UE, apenas a madeira e produtos de madeira abrangidos por uma licença FLEGT válida poderão ser colocados no mercado da UE. Considera-se que estes produtos estão em conformidade com os requisitos do EUTR.

A partir de outubro de 2012, o Gana, a República do Congo, a República dos Camarões, a República Centro-Africana e a Libéria assinaram os seus AVP, estando prevista para 2013 a assinatura de igual acordo por parte da Indonésia. Além disso, estão em curso negociações com a República Democrática do Congo, o Gabão, a Malásia e o Vietname, tendo sido iniciadas negociações com a Guiana, Honduras e o Laos.